

Relatório de Gestão 2018



Vice-Presidência da República

1ª Edição
Brasília - 2019



VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relatório de Gestão do Exercício de 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e a sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 170/2018, da Decisão Normativa TCU nº 172/2018, da Portaria-TCU nº 369/2018 e, orientações do órgão de controle interno.

Elaboração: Diretoria de Administração e Finanças da Vice-Presidência da República.

Brasília- DF / 2019

Lista de Siglas

BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
CISSET-SG/PR – Secretaria de Controle Interno
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
DAS – Grupo - Direção e Assessoramento Superiores
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
GVPR – Gabinete da Vice-Presidência da República
IN - Imprensa Nacional
LAI - Lei de Acesso à Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
PEF - Plano Estratégico de Fronteiras
PETI - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PPA – Programa Plurianual
PPP - Plano de Providências Permanente.
PR – Presidência da República
SA - Secretaria de Administração da Presidência da República
SG – Secretaria de Governo da Presidência da República
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG - Sistema de Administração de Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SPIUnet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso especial da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VPR - Vice-Presidência da República

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Informações sobre área ou subunidades estratégicas	10
Tabela 2 - Cadeia de Valor da Vice-Presidência da República	12
Tabela 3- Processos.....	13
Tabela 4 - Mapa Estratégico	16
Tabela 5- Painel de Indicadores	22
Tabela 6- Execução Orçamentária e Financeira.....	23
Tabela 7- Demonstrativos dos Destaques Concedidos.....	23
Tabela 8 - Classificação das Despesas (recursos recebidos por descentralização)	24
Tabela 9 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	24
Tabela 10 - Despesas por modalidade de contratação	25
Tabela 11 - Despesas por grupo e elemento de despesas	26
Tabela 12 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2018	27
Tabela 13 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2018	27
Tabela 14 - Força de Trabalho da UPC.....	28
Tabela 15 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	28
Tabela 16 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	29
Tabela 17 - Despesa do Pessoal	30
Tabela 18 - Distribuição Especial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	31
Tabela 19 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Vice-Presidência.....	32
Tabela 20- Declaração do Contador	35
Tabela 21 - Balanço Patrimonial (BP).....	36
Tabela 22 - Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	36
Tabela 23 - Das Contas de Compensação	36
Tabela 24 - Do Superávit/Déficit Financeiro.....	37
Tabela 25 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	37
Tabela 26 - Balanço Orçamentário (BO)	38
Tabela 27 - Da Execução de Restos a Pagar Não Processados	38
Tabela 28 - Balanço Financeiro (BF).....	39
Tabela 29 - Resultado Financeiro do Exercício	39
Tabela 30 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	40
Tabela 31 - Caixa e Equivalente de Caixa.....	44
Tabela 32 - Estoques	45
Tabela 33 - Bens Móveis	45
Tabela 34 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	46
Tabela 35 - Variações Patrimoniais Aumentativas	47
Tabela 36 - Variações Patrimoniais Diminutivas.....	47
Tabela 37 - Pessoal e Encargos Sociais	48

Tabela 38 - Outras Despesas Correntes.....	48
Tabela 39 - Transferências Recebidas.....	49
Tabela 40 - Despesas Orçamentárias.....	49
Tabela 41 - Repasse Recebido	50
Tabela 42 - Desembolso.....	50

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	7
2.	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	8
2.1	O que a UPC faz e quais são as circunstâncias em que ela atua	8
2.2	Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão	9
2.3	Estrutura Organizacional	9
2.4	Modelo de Negócio (ou Cadeia de Valor)	11
3.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	14
3.1	Como a estrutura de governança apoia a capacidade da UPC de alcançar seus objetivos..	14
3.2	Principais Objetivos Estratégicos	16
3.3	Planos para Implementar as Prioridades Estratégicas	17
3.4	Descrição das Estruturas de Governança	17
3.5	Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas	17
4.	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	19
4.1.	Quais os riscos específicos que afetam a capacidade de UPC alcançar seus objetivos no exercício e como a UPC lida com eles	19
4.2.	Gestão de Riscos e Controles Internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos qualificados e medidas de mitigação no exercício	20
5.	RESULTADOS DA GESTÃO	21
5.1.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	21
6.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	23
6.1.	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	23
6.2.	GESTÃO DE PESSOAS	27
6.2.1.	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	28
6.2.2.	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	30
6.2.3.	GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL	31
6.3.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	31
6.4.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32
6.5.	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	32
6.6.	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	34
7.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	35
7.1.	Declaração do Contador	35
7.2.	Demonstrações Contábeis	36
7.2.1.	Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis	41
7.2.2.	Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	41
7.3.	NOTAS EXPLICATIVAS	44
8.	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	51

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão compõe o processo anual de contas da Vice-Presidência da República e trata dos atos e fatos de gestão realizados no exercício 2018. Ele apresenta os resultados de gestão da Unidade, mencionando ao longo do documento os passos necessários a consecução da gestão.

Registra-se que, em maio de 2016, com o afastamento da Presidente da República do cargo, o então Vice-Presidente da República, permaneceu como Presidente da República Interino por 111 dias, assumindo definitivamente a Presidência da República em 31 de agosto de 2016.

Com a vacância do cargo de Vice-Presidente da República, foram suspensas gradativamente as atividades executadas pelas Assessorias de Comunicação Social, Diplomática, Militar, Técnica, Jurídica, Parlamentar e Ajudância-de-Ordens, mantendo-se apenas no exercício de 2017-2018 as atividades da Assessoria Administrativa, cuja função é orientar, planejar, propor, coordenar e executar as atividades de caráter orçamentário e financeiro, a administração do pessoal e patrimonial da Vice-Presidência da República e da residência oficial do Vice-Presidente da República, ocupada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O relatório foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 170/2018, da Decisão Normativa TCU nº 172/2018, da Portaria-TCU nº 369/2018 e, orientações do órgão de controle interno.

Em razão da natureza desta Unidade Prestadora de Contas - UPC, órgão cuja missão é “fornecer estrutura adequada de assessoramento ao Vice-Presidente da República para garantir a excelência no exercício complementar e supletivo das atribuições constitucionais da chefia do Poder Executivo”, portanto, sem Objetivos e Metas estabelecidos para acompanhamento ou outras ações diferentes da Administração da Unidade, com quadro funcional composto integralmente por servidores requisitados de outros Órgãos ou Empresas Públicas e ocupantes de cargos comissionados de livre provimento.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 O que a UPC faz e quais são as circunstâncias em que ela atua

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que ao Vice-Presidente da República compete auxiliar e substituir o Presidente da República, ou cumprir missões especiais a ele delegadas. Tal como estabelecido no texto legal, o Vice-Presidente da República pode exercer uma série de funções especiais designadas pelo Presidente da República ou que são inerentes ao segundo cargo mais importante no país.

A Vice-Presidência da República tem como finalidade essencial, considerando-se suas prerrogativas institucionais originais, assistir ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no desempenho de suas funções constitucionais, prestando-lhe o assessoramento, direto e imediato no desempenho de suas atividades.

Porém, devido às mudanças do cenário político, onde o Excelentíssimo Presidente da República Michel Temer assumiu definitivamente a Presidência da República, que resultou na vacância do cargo de Vice-Presidente da República, somente as atividades da Assessoria Administrativa estão sendo executadas, com foco nas atividades de Gestão de Pessoal; Orçamento e Finanças; guarda e manutenção dos bens móveis e imóveis; gestão dos contratos de conservação da edificação do Palácio do Jaburu; as atividades de gestão junto à órgãos de controle, tais como Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Interno, Ministério do Planejamento e Receita Federal e; continuidade dos projetos administrativos em andamento, alguns em parceria com outros órgãos, não sendo possível nem viável a descontinuidade.

Esta unidade atua com finalidade essencial assistir ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no desempenho de suas funções constitucionais, prestando-lhe o assessoramento, direto e imediato no desempenho de suas atividades, especialmente:

- a) promover a divulgação de atos e atividades do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;
- b) incumbir-se da representação, cerimonial e das atividades de relações públicas do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;
- c) emitir pareceres e elaborar estudos sobre assuntos encaminhados ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;
- d) operar serviços de transporte e de comunicação da Vice-Presidência da República;
- e) praticar os atos da gestão e execução financeira dos recursos orçamentários destinados à Vice-Presidência da República;
- f) dispor sobre aquisição, alocação ou baixa de material permanente integrante do Patrimônio da Vice-Presidência da República;
- g) promover a numeração, registros e publicações dos atos de competência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidência da República; e
- h) administrar o quadro de pessoal da Vice-Presidência da República.

2.2 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão

O Decreto nº 4.081 de 11 de janeiro de 2002, institui o Código de Conduta e Ética dos Agentes Públicos em Exercício na Presidência e Vice-presidência da República, o Decreto nº 4.609 de 26 de fevereiro de 2003, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Vice-Presidência da República e a Portaria nº 001, de 26 de maio de 2003, aprova o novo Regimento Interno da Vice-Presidência da República e dá outras providências.

A Vice-Presidência da República é um órgão de assessoramento composto pelas seguintes unidades:

- Chefia de Gabinete;
- Ajudância-de-Ordens;
- Assessoria Administrativa;
- Assessoria de Comunicação Social;
- Assessoria Diplomática;
- Assessoria Militar;
- Assessoria Técnica;
- Assessoria Jurídica e
- Assessoria Parlamentar.

Por se tratar de órgão cuja missão busca o assessoramento do Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente da República, a Vice-Presidência da República atua nos processos de gestão da agenda, missões internacionais e nacionais, comunicação com a imprensa e com a sociedade, bem como as atividades administrativas de apoio.

Assim, a Vice-Presidência da República atua de forma complementar e supletiva no exercício das atribuições constitucionais da chefia do Poder executivo por meio do auxílio na administração de esfera do governo e da adequada estrutura de assessoramento para o Vice-Presidente

2.3 Estrutura Organizacional

De acordo com o Decreto nº 4.609, de 26 de fevereiro de 2003, e Portaria nº 001, de 26 de maio de 2003, a Vice-Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, sete Assessorias e uma Ajudância-de-Ordens, conforme observa-se no organograma a seguir:



Diante da suspensão em 2016 das atividades executadas pelas Assessorias de Comunicação Social, Diplomática, Militar, Técnica, Jurídica, Parlamentar e Ajudância-de-Ordens, onde manteve-se apenas as atividades da Assessoria Administrativa, os cargos foram dispostos conforme o quadro.

Tabela 1 - Informações sobre área ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Chefia de Gabinete	A assessorar e assistir diretamente ao Vice-Presidente da República. Coordenar, acompanhar e supervisionar os trabalhos das unidades que compõem a Estrutura Organizacional da VPR. Receber, encaminhar, informar e proceder às comunicações relativas a pleitos que sejam levados à VPR. Requisitar servidores civis e militares para terem exercício na VPR; Nomear e designar, dar posse, exonerar e dispensar o pessoal lotado na VPR. Baixar portarias, instruções e ordens de serviço. Designar substituto para o Chefe das Assessorias e da Ajudância-de-Ordens, em suas faltas e impedimentos legais e regulamentares.	Nara de Deus Vieira	Chefe de Gabinete Interina DAS 101.6 (Sem remuneração)	31/12/2017 a 31/12/2018
Assessoria Administrativa	Orientar, planejar, propor, coordenar e executar as atividades de caráter orçamentário e financeiro, a administração do pessoal, as comunicações de natureza	Heber Rocha e Silva	Chefe da Assessoria Administrativa DAS 101.5	31/12/2017 a 31/12/2018

	<p>administrativa e as de apoio e de serviços gerais dos escritórios da VPR e da residência oficial do Vice-Presidente da República;</p> <p>Elaborar e submeter ao Chefe de Gabinete os manuais e rotinas administrativas das áreas de sua competência.</p> <p>Propor ao Chefe de Gabinete a requisição, empréstimo, aluguel, compra, cessão e doação dos bens permanentes e de consumo da VPR.</p> <p>Fazer a manutenção dos bens sob a guarda da VPR;</p> <p>Articular-se com os órgãos especializados da Presidência da República para a realização dos serviços gerais e para a obtenção e manutenção dos bens permanentes e de consumo utilizados pela VPR.</p>			
--	--	--	--	--

As competências das demais unidades da Vice-Presidência da República, que se encontram com as atividades suspensas devido a mudança no cenário político ocorrida no ano de 2016 e perpetuadas até final de 2018, estão elencadas na Portaria nº 001- VPR, de 26 de maio de 2003, que aprova o novo Regimento Interno da Vice-Presidência da República e dá outras providências, publicada no DOU nº 100, seção 1, folha 4 de 27 de maio de 2003.

2.4 Modelo de Negócio (ou Cadeia de Valor)

A Vice-Presidência da República é um órgão de assessoramento de uma das maiores autoridades do país, o Vice-Presidente da República. Dessa forma, o modelo de negócio corresponde às grandes funções do Gabinete da Vice-Presidência da República e para as quais estão voltadas as suas assessorias. Podem ser entendidos também como agrupamentos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização.

Relacionado diretamente à cadeia de valor, os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente.

Os Macroprocessos finalísticos correspondem às grandes funções da Vice-Presidência da República, para as quais estão voltadas suas assessorias. Podem ser entendidos também como agrupamentos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização.

Posto isso, a Vice-Presidência da República é um órgão voltado para atender as atribuições da segunda maior autoridade do país, o Vice-Presidente da República. Seu modelo de negócio representam ações relacionadas a um conjunto de atividades necessárias ao assessoramento do Vice-Presidente da República.

Diante da importância do planejamento estratégico institucional, não obstante a reduzida estrutura em funcionamento, a Vice-Presidência da República entrou em contato com a Escola Nacional de Administração Pública para a construção colaborativa do planejamento estratégico e da política de gestão de risco e governança, consonante com a atribuição da Escola em prestar assessoria técnica para a elaboração de estratégias e projetos de desenvolvimento institucional.

Para atendimento à demanda em questão, a ENAP optou por oferecer oficinas sob medida conduzidas por servidores próprios, eventos que possuem como objetivo a construção do diálogo e de produtos coletivos, como planos, planejamentos estratégicos e projetos, oferecendo oportunidade de conexão entre o mundo do trabalho e os processos de aprendizagem, atividades realizadas por meio de técnicas de facilitação de grupos, como estímulo à participação e à construção coletiva de conhecimentos e entregas com perguntas norteadoras, interações dialógicas, dinâmicas de grupo, além de técnicas de visualização.

Esta Construção colaborativa do Planejamento Estratégico resultou no Planejamento Estratégico Vice-Presidência da República 2017 a 2018, onde foi apresentada a Cadeia de Valor Simplificada que constituiu o conjunto de processos finalísticos e de apoio que substanciam as entregas e os resultados do órgão.

Tabela 2 - Cadeia de Valor da Vice-Presidência da República

CADEIA DE VALOR DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA				
Apoio	Orçamento			
	Logística			
	Assessoria Jurídica			
	Assessoria Técnica			
	Tecnologia da Informação			
	Gestão de Pessoas			
Finalísticos	Militar	Comunicação Social	Diplomática	Parlamentar

No mapeamento dos macroprocessos do Gabinete da Vice-Presidência da República realizado pela comissão, instituída pela Portaria nº 85 de 09/07/2015, anterior à citada construção colaborativa do planejamento estratégico foi identificado os seguintes processos finalísticos e respectivos produtos.

Tabela 3- Processos

PROCESSO	PRODUTOS
Gestão da Agenda do Vice-Presidente.	Planejamento de uma agenda otimizada e produtiva; Boa gestão das audiências no gabinete
Missões Internacionais.	Participação em Eventos Internacionais; Relacionamento com outros países; Visitas de Estado; Entre outras ações que precisam da atuação do Vice-Presidente na comunidade internacional
Missões Nacionais	Participação da autoridade em eventos, encontros e outros compromissos dentro de regiões Brasil
Comunicação com a imprensa	Informar e cultivar o relacionamento com a Imprensa
Comunicação com a sociedade	Gestão da informação e diálogo com a sociedade civil.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1 Como a estrutura de governança apoia a capacidade da UPC de alcançar seus objetivos

A estrutura da Vice-Presidência da República (2018) foi criada pelo Decreto nº 4.609/03, no qual estabelece as diretrizes de funcionamento e de organização, porém, nesta estrutura não está previsto qualquer tipo de conselho, comitê e/ou unidades de auditoria interna ou de controle interno, nem tão pouco de governança externa, a não ser o suporte recebido pela Ciset unidade de Controle Interno da Presidência da República. Portanto, não há o que acrescentar.

Porém, o Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, vigência 2017-2018, definiu o modelo de gestão para com o objetivo de definir a execução, o monitoramento e a revisão do planejamento estratégico da Vice-Presidência da República, a partir da definição de instâncias, papéis, periodicidade de encontros, dentre outros.

Neste modelo, foi previsto o Colegiado Gerencial, coordenado pelo Chefe de Gabinete e composto pelos titulares das assessorias da Vice-Presidência da República e, o Núcleo de Gestão Estratégica, coordenado por representante da Chefia de Gabinete e composto por um representante de cada assessoria.

A Ciset-SG/PR recomendou ao Gabinete da Vice-Presidência da República envidar esforços para implementar indicadores de desempenho de gestão, cujos resultados devem subsidiar a tomada de decisões gerenciais, auxiliar na definição da melhor estratégia a ser perseguida, bem como possibilitar a mensuração da concretização de seus objetivos institucionais.

Em face dessa recomendação, desde julho de 2015, a Vice-Presidência da República instituiu uma comissão com a finalidade de implementar indicadores de desempenho de gestão.

A implementação dessa comissão representou um trabalho incipiente em direção a uma estruturação de planos necessários ao Órgão - como elaboração de planejamento estratégico, tático, operacional e mensurações de desempenho – que têm sido solicitados no relatório de gestão e auditorias. Outra contribuição relevante também foram os trabalhos iniciados pela comissão da Portaria nº 82, de 18/12/2014, em prol da revisão do regimento interno do órgão.

Devido à mudança no cenário político brasileiro, com o afastamento da Presidente da República do cargo, onde o então Vice-Presidente da República, permaneceu como Presidente da República Interino por 111 dias, assumindo definitivamente a Presidência da República em 31 de agosto de 2016, que resultou na suspensão gradativa das atividades executadas pelas Assessorias de Comunicação Social, Diplomática, Militar, Técnica, Jurídica, Parlamentar e Ajudância-de-Ordens e, conseqüente redução significativa da equipe, conforme apresentado na introdução deste relatório, a Vice-Presidência da República constituiu nova comissão, por meio da, por meio da Portaria nº 74 de 27/09/2016.

Diante da importância do Planejamento Estratégico Institucional, não obstante a citada reduzida estrutura em funcionamento, a Vice-Presidência da República entrou em contato com a Escola Nacional de Administração Pública para a construção colaborativa do planejamento estratégico e da política de gestão de risco e governança, consonante com a atribuição da Escola

em prestar assessoria técnica para a elaboração de estratégias e projetos de desenvolvimento institucional, que resultou no Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, contemplando o período 2017 a 2018.

O Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, o período 2017 a 2018, utilizou-se dos referenciais estratégicos que balizam o percurso da organização a partir da definição da Missão, da Visão de Futuro e dos Valores, quais sejam:

- **Missão**

Fornecer estrutura adequada de assessoramento ao Vice-Presidente da República para garantir a excelência no exercício complementar e supletivo das atribuições constitucionais da chefia do Poder Executivo.

- **Visão de Futuro**

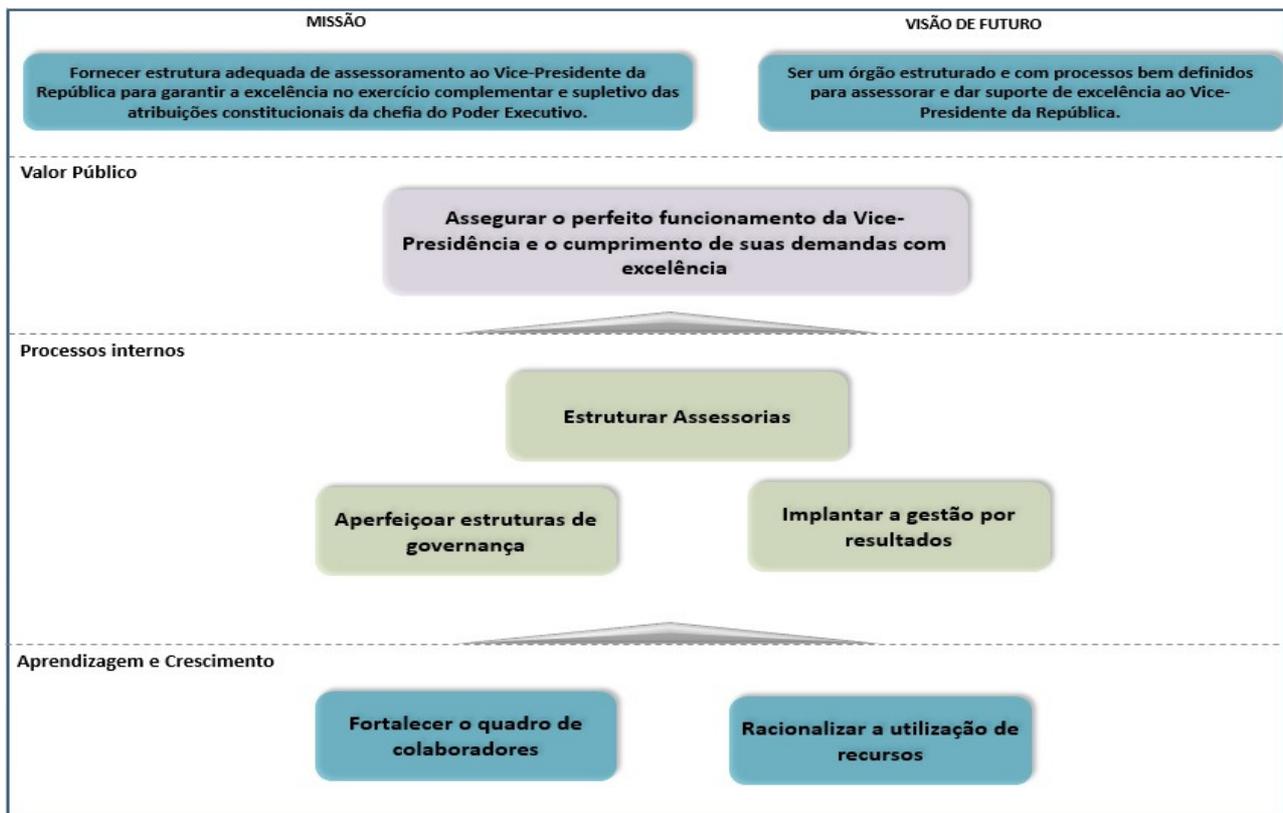
Ser um órgão estruturado e com processos bem definidos para assessorar e dar suporte de excelência ao Vice-Presidente da República.

- **Valores**

- ✓ Compromisso com a Ética - Fomentar uma gestão pautada na conduta íntegra, moral, justa e comprometida com a verdade e com os interesses institucionais.
- ✓ Compromisso com a efetividade na aplicação dos recursos - Buscar a efetividade na aplicação dos recursos por meio da implementação de mecanismos que otimizem o alcance dos objetivos institucionais a um menor custo.
- ✓ Transparência na Gestão - Proporcionar acesso às informações de forma clara e aberta, viabilizando a fiscalização institucional e promovendo o controle social para fortalecer a relação positiva com a sociedade.
- ✓ Democratização da Gestão - Desenvolver servidores e criar um ambiente de colaboração ativa para tomada de decisão participativa.
- ✓ Inovação e sustentabilidade - Fomentar a melhoria contínua e desenvolver novas práticas de trabalho de forma sustentável.

O quadro a seguir apresenta o Mapa Estratégico que é a representação visual do *Balanced Scorecard*, servindo para definir e comunicar a estratégia de atuação escolhida aos servidores, parceiros e cidadãos da organização de forma clara e transparente.

Tabela 4 - Mapa Estratégico



3.2 Principais Objetivos Estratégicos

Conforme Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, período 2017 a 2018, com o objetivo de alcance da finalidade precípua (Missão), da elaboração de uma meta de médio ou longo prazo (Visão de Futuro), apresentados no subitem anterior, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- ✓ Fortalecer o quadro de colaboradores;
- ✓ Racionalizar a utilização de recursos;
- ✓ Aperfeiçoar estruturas de governança;
- ✓ Implantar a gestão por resultados;
- ✓ Estruturar as Assessorias;
- ✓ Assegurar o perfeito funcionamento da Vice-Presidência e o cumprimento de suas demandas com excelência.

Para o alcance dos objetivos estratégicos, foi definido o Plano de Ação compreendendo ações pontuais e projetos estratégicos, com alto grau de contribuição para o resultado esperado.

3.3 Planos para Implementar as Prioridades Estratégicas

O Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, no período 2017 a 2018, foi aprovado e implementado pela Chefia de Gabinete da Vice-Presidência da República em setembro de 2017, utilizou-se dos referenciais estratégicos Missão, Visão de Futuro e Valores apresentados no subitem 3.1, com isso, estando alinhados com a missão institucional, bem como, integrado com a gestão de riscos, visto que as suas diretrizes foram definidas em conjunto com o Planejamento Estratégico.

O modelo de Gestão da Estratégia implementado tem como objetivo definir como ocorrerá a execução, o monitoramento e a revisão do planejamento estratégico da Vice-Presidência da República a partir da definição de instâncias, papéis, periodicidade de encontros, dentre outros.

Neste contexto, foi definido o papel do Colegiado Gerencial que é coordenado pelo Chefe de Gabinete e composto pelos titulares das assessorias da Vice-Presidência da República e, o papel do Núcleo de Gestão Estratégica é coordenado por representante da Chefia de Gabinete e composto por um representante de cada assessoria, ambos com objetivos específicos

O propósito das reuniões de avaliação da estratégia é analisar os resultados e comprometer a equipe com solução dos problemas, utilizando-se dos relatórios periódicos obtidos a partir do conjunto de indicadores elencados no Painel de Indicadores do Planejamento Estratégico.

3.4 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura da Vice-Presidência da República (2018) foi criada pelo Decreto nº 4.609/03, no qual estabelece as diretrizes de funcionamento e de organização, porém, nesta estrutura não está previsto qualquer tipo de conselho, comitê e/ou unidades de auditoria interna ou de controle interno, nem tão pouco de governança externa, a não ser o suporte recebido pela Ciset unidade de Controle Interno da Presidência da República. Portanto, não há o que acrescentar.

Porém, o Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, vigência 2017-2018, definiu o modelo de gestão para com o objetivo de definir a execução, o monitoramento e a revisão do planejamento estratégico da Vice-Presidência da República, a partir da definição de instâncias, papéis, periodicidade de encontros, dentre outros.

Neste modelo, foi previsto o Colegiado Gerencial, coordenado pelo Chefe de Gabinete e composto pelos titulares das assessorias da Vice-Presidência da República e, o Núcleo de Gestão Estratégica, coordenado por representante da Chefia de Gabinete e composto por um representante de cada assessoria.

3.5 Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas

A gestão do relacionamento com a sociedade, se dá através da Assessoria de Comunicação da Vice-Presidência da República, a equipe era composta por quatro jornalistas, que são

responsáveis pelo atendimento à imprensa, elaboração de estratégia de comunicação e posicionamento público, apoiados por outros três profissionais voltados para o registro de imagens e filmes.

As atividades rotineiras incluem atendimento a demandas por entrevistas ou posicionamentos do VPR, divulgação de agenda e eventos, cobertura fotográfica (registro, edição, tratamento), cobertura com vídeos, criação de artes gráficas/virtuais, gestão de web, prospecção de soluções de tecnologia de informação e comunicação.

O Relacionamento com a Sociedade também ocorre por meio da Ouvidoria da Presidência da República, e consequente adesão ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), sob a competência de receber, dar tratamento e responder as manifestações referentes a sugestões, elogios, solicitações reclamações e denúncias.

Entendemos que, apesar de não mantermos canal de acesso aberto para todas as atividades inerentes a Vice-Presidência junto a sociedade, trabalhamos visando deixar um legado histórico, por meio de processos e arquivos de maneira a dar transparência às atividades desenvolvidas.

A Vice-Presidência da República relaciona também, por meio de canais de comunicação, alguns estabelecidos por meio da Lei de Acesso à Informação – LAI, outros criados pela própria Vice-Presidência.

No exercício de 2018, foram recebidos pela Vice-Presidência da República 46 (quarenta e seis) pedidos de informação via Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, com fulcro na Lei de Acesso a Informação.

No Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br) também constam informações referentes à Vice-Presidência e seus servidores.

Outras solicitações, reclamações, denúncias e sugestões que chegavam por meio de mensagens eletrônicas, cartas e via redes sociais. Todo o material passava por um processo de triagem, onde após feita a análise, é respondido pela estrutura do Gabinete da VPR.

Porém, com a implantação da Ouvidoria da Presidência da República, e consequente adesão ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), estas atividades de receber, dar tratamento e responder as manifestações referentes a sugestões, elogios, solicitações reclamações e denúncias, passaram a ser executadas por meio desse canal de acesso do cidadão.

A Vice-presidência da República, zelando pelos Princípios da Publicidade, Transparência e Eficiência, promoveu a abertura de dados, disponíveis no endereço <https://www.brasil.gov.br/dados-abertos>, visando ao aumento da disseminação de dados e informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados disponibilizados, de forma a dar maior suporte à tomada de decisão pelos gestores públicos e ao controle social.

Outros mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade com a sociedade e partes interessadas, poderão ser realizadas por meio de acesso aos portais abertos disponíveis.

Ao entrar na seção “Vice-Presidência” dentro do Portal Planalto (<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-vice-presidencia>), o cidadão obtém informações de agendas, atribuições, e material de notícias.

Ao entrar na seção “Acesso à Informação” dentro do Portal Planalto (<http://www2.planalto.gov.br/aceso-a-informacao>), o cidadão obtém informações de institucionais, ações e programas, auditorias, despesas, convênios, licitações e contratos, servidores, informações classificadas, e contato SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), tanto para a Presidência da República quanto para a Vice-Presidência. O contato SIC pode ser utilizado pela sociedade em geral, onde constam os números de telefone e endereço eletrônico para contato.

A Vice-Presidência da República possui ainda alguns dados abertos, disponíveis no endereço <https://www.brasil.gov.br/dados-abertos>, visando ao aumento da disseminação de dados e informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados disponibilizados, de forma a dar maior suporte à tomada de decisão pelos gestores públicos e ao controle social.

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Quais os riscos específicos que afetam a capacidade de UPC alcançar seus objetivos no exercício e como a UPC lida com eles

Os riscos inerentes aos objetivos estratégicos da UPC identificados são:

- Falta de recursos orçamentários e financeiros para capacitação (contingenciamento)
- Desinteresse dos servidores na capacitação.
- Ingovernabilidade do processo de seleção para alguns cargos
- Ausência de processos e normas para regulação dos processos de compras
- Ausência de diálogo entre área de compras e demandante.
- Falta de engajamento dos servidores da VPR na racionalização do uso de recursos.
- Ausência de campanhas de conscientização
- A VPR não participa das reuniões do CGTI
- Resistência da PR em absorver as demandas da VPR no PDTI
- Ausência de recursos orçamentários (contingenciamento)
- Ausência de recursos orçamentários (imprevisibilidade de despesas)
- Atraso na implantação da Gestão por Resultado
- Repetição do risco
- Não definição dos processos
- Ingerência dos processos e
- Necessidade de revisão dos processos.

As ações que essa UPC realiza para lidar com os riscos são:

- Buscar parcerias junto aos órgãos e instituições de ensino;
- Divulgação de calendário de cursos PR e Enap;
- Engajar VPR no Plano de Capacitação Anual;

- Criação de critérios objetivos para ocupar cargos;
- Elaboração e divulgação de norma interna;
- Capacitação dos servidores envolvidos nos processos de contratação/aquisição;
- Conscientização dos servidores relacionada à sustentabilidade;
- Criação de campanhas de conscientização;
- Desenvolver relação com gestores de TI/PR;
- Remanejamento de recursos;
- Redefinir prioridades de despesas;
- Alocar novos recursos;
- Acompanhamento sistemático do planejamento orçamentário;
- Reorganizar a estrutura da VPR;
- Acompanhamento sistemático do Plano de Ações;
- Conscientização dos servidores;
- Acompanhamento do desenvolvimento dos processos;
- Conscientização do nível estratégico;
- Participação do nível estratégico e gerencial na elaboração dos processos;
- Continua revisão dos macroprocessos e
- Denifir reuniões, no nível estratégico, para identificação de melhorias.

4.2. Gestão de Riscos e Controles Internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos qualificados e medidas de mitigação no exercício

A Vice-Presidência da República, em parceria com a Coordenação Geral de Educação Executiva da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, elaborou e publicou no dia 31 de maio de 2017 a Portaria n.º 24, com a Política de Gestão de Riscos, onde as diretrizes foram definidas em conjunto com o Planejamento Estratégico.

No regimento interno do órgão, não está contemplado a estrutura descrita para tais procedimentos de controle interno, contudo existe uma equipe que acompanha as tarefas administrativas, auxiliando na correção de eventuais falhas na execução dos processos. A equipe age de formar e, semelhantemente, ao controle interno administrativo, atuando em todos os setores da unidade, no sentido de acompanhar e controlar as atividades internas.

A conformidade e de gestão e documental é realizada por essa equipe de Controle Administrativo, a qual desenvolvem as tarefas de controle administrativo descritas anteriormente.

5. RESULTADOS DA GESTÃO

Nesse exercício, um dos maiores objetivos foi o de realizar o Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, implementando a sua Cadeia de Valores, referenciais e mapa estratégico, identificando instâncias e papéis da gestão estratégica, bem como implementar o plano de ação e o conjunto de indicadores que traduzem de forma numérica os resultados alcançados quanto aos objetivos estratégicos. Para tanto, várias ações foram implantadas não só para racionalizar custos, mas também otimizar a gestão. Abaixo são discriminadas algumas dessas ações.

Vale ressaltar também a observação da inexistência histórica de um planejamento estratégico formal no Órgão. Esse planejamento juntamente com objetivos e metas haviam sido cobrados por auditorias constantemente e representam frutos da tendência da nova Administração Pública Gerencial voltada para resultados. Assim, a assessoria administrativa pautou em adequar a gestão administrativa nesse sentido por meio da formação de comissões de trabalhos e parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, que resultou na Construção coletiva do Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, vigência 2017-2018, aprovado e implementado pela Chefia de Gabinete da Vice-Presidência da República em setembro de 2017.

O Gabinete da Vice-Presidência, apesar de figurar dentre os Órgãos que apresentam o PPA, não tem em sua estrutura nenhum outro processo específico, a não ser o da administração da unidade.

5.1. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Como resultado da Comissão Permanente por meio da Portaria nº 85, de 9 de julho de 2015 e, posteriormente a Portaria nº 74 de 27/09/2016, bem como a parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, resultou no Planejamento Estratégico da Vice-Presidência da República, vigência 2017-2018, aprovado e implementado pela Chefia de Gabinete da Vice-Presidência da República em setembro de 2017.

Neste Trabalho foi definido o Painel de Indicadores, formado por um conjunto de indicadores que traduzem de forma numérica os resultados alcançados quanto aos objetivos estratégicos.

Tabela 5- Painel de Indicadores

Descrição do objetivo	Indicador	O que o indicador escolhido pretende mostrar	Unidade de medida	Meta	Periodicidade de apuração do indicador	Ações necessárias para implantação do indicador
01. Fortalecer o quadro de colaboradores	% servidores capacitados em relação ao planejado no PAC	Evolução do desenvolvimento dos servidores	%	95%	Bimestral	1. Plano de capacitação elaborado; 2. Processo definidos para capacitação
01. Fortalecer o quadro de colaboradores	% de servidores selecionados de acordo com os requisitos mínimos da função	Grau de alinhamento entre os colaboradores selecionados e os critérios mínimos definidos	%	50%	Anual	1. Critérios mínimos para ocupação de funções, que depende do mapeamento de processos; 2. Definição de sistemática de avaliação
02. Racionalizar a utilização de recursos	Índice de satisfação dos beneficiários dos serviços de compras	Grau de satisfação do beneficiário da contratação	%	60%	Bimestral	1. Definir um formulário para avaliação de satisfação com os processos de compras 2. Conscientizar usuário acerca das possibilidades e limites dos processos de aquisição
02. Racionalizar a utilização de recursos	% atingimento das metas de sustentabilidade do plano anual de compras	Evolução na redução do consumo e, por consequência, do volume de compras de determinados bens e serviços especificados no plano anual de compras	%	90%	Bimestral	1. Elaborar o plano anual de compras 2. Definição de metas de sustentabilidade
03. Aperfeiçoar estruturas de governança	Nº de demandas de alto impacto da VPR incluídas no PDTI em relação as validadas na VPR	Em que medida as demandas tecnológicas da VPR estão sendo incorporadas ao PDTI da Presidência da República, órgão que detém a responsabilidade pela manutenção e aprimoramento da infraestrutura e dos serviços de tecnologia da VPR.	%	70%	Bimestral	1. Sistematizar demandas e o método de acompanhamento
04. Implantar a gestão por resultados	% plano de ação de gestão por resultados concluído	Evolução na implantação da Gestão por Resultados na VPR.	%	90%	Semestral	1. Desenvolver Plano de Ações
04. Implantar a gestão por resultados	% riscos tratados em relação aos identificados	Redução da ocorrência de riscos previamente identificados	%	90%	Bimestral	1. Identificar os riscos; 2. Tratar os riscos; 3. Descrever a solução
05. Estruturar as Assessorias	% de execução do plano de ação para estruturação de Assessorias	Acompanhar a evolução do Plano de Ação	%	90%	Bimestral	1. Definir as prioridades e elaborar planos de ação; 2. Escalonar das atividades 3. Capacitar servidores
06. Assegurar o perfeito funcionamento da Vice-Presidência e o cumprimento de suas demandas com excelência	% índice de satisfação das partes interessadas da VPR	Em que medida a missão da VPR está sendo atendida.	%	60%	Anual	1. Desenvolver aplicar metodologia de pesquisa;

A partir da definição e aprovação dos indicadores e do plano de ação no último trimestre de 2017, iniciou-se a execução do plano de ação visando a implementação do painel de indicadores com a respectiva coleta das informações.

Os trabalhos do para a execução do plano de ação já se encontram em andamento de acordo com o cronograma pré-definido.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Tabela 6- Execução Orçamentária e Financeira

Ação Governo		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ATUALIZADA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA
20TP	Pessoal Ativo da União	2.255.017	-	2.255.017	-
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.	113.688	-	113.688	-
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	17.818	-	8.910	8.908
2000	Administração da Unidade	2.471.897	-	1.235.949	1.235.948
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.	47.004	-	47.004	-
		4.905.424	-	3.660.568	1.244.856

Tabela 7- Demonstrativos dos Destaques Concedidos

Ação Governo		Lançamento	2018	
		Programa Governo	Destaque concedido	
2000	Administração da unidade	2101	Programa de gestão e manutenção da presidência da republica	165.174,00

(*) Repasse concedido à Presidência da República para pagamento das despesas referentes aos serviços prestados pela LINKDATA, responsável pelo sistema ASI – Sistema de Patrimônio e Almoxarifado.

Tabela 8 - Classificação das Despesas (recursos recebidos por descentralização)

Detalhamento	NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS PAGAS
Repassé Recebido		
CEB Distribuição S.A.	Serv. de Energia Elétrica	186.088
Companhia de Saneamento Ambiental Do Distrito Federal	Serv. de Água E Esgoto	120.869
CEB Distribuição S.A.	Serviços De Energia Elétrica	18.526
Panacopy Comercio De Equipamentos Reprográficos	Serv. de Copias e Reprodução de Documentos	9.355
M J Da Silva Filho Serviços De Limpeza De Piscinas - Me	Limp. e Conservação	6.930
CEB Distribuição S.A.	Contrib.P/ Custeio De Iluminação Publica	6.195
Departamento De Transito do Distrito Federal	Taxas	2.405
Departamento De Transito Do Distrito Federal	Taxas	1.192
Seguradora Líder Do Consorcio do Seguro DPVAT SA	Seguros Em Geral	791
CEB Distribuição S.A.	Contribuição P/ Custeio de Iluminação Publica	478
Total		352.830

Fonte: SIAFI

(*) Recursos recebidos por descentralização da Presidência da República para a Vice-Presidência, tendo em vista que o então Presidente da República ocupava o Palácio do Jaburu – unidade pertencente à Vice-Presidência.

Tabela 9 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante								
Nome:	Secretaria de Administração da Presidência da República							
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados				Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
Convênio	0	-	-	-	0	0,00	0,00	0,00
TED	0	1	1	1	0	44.400	705.000	1.073.817
Totais	0	1	1	1	0	44.400	705.000	1.073.817

Fonte: (Tesouro Gerencial)

(*) Conforme art.12-A, §2º, do Decreto nº 6.170/2017, a Vice-Presidência não realizou nenhuma formalização de termo de execução descentralizada em 2018, realizando os repasses via operação Intra-siafi.

“§ 2º Para os casos de ressarcimento de despesas entre órgãos ou entidades da administração pública federal, poderá ser dispensada a formalização de termo de execução descentralizada”.

Tabela 10 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesas Executadas		Despesas Pagas		
	2018	2017	2018	2017	AV %
1. Modalidade de Licitação	9.355,41	241.847,06	9.355,41	223.261,33	0,66
Pregão	9.355,41	241.847,06	9.355,41	223.261,33	
2. Contratações Diretas	472.524,78	384.815,57	422.931,89	313.334,23	30,06
Dispensa	299.762,95	235.068,95	274.046,70	193.285,48	
Inexigibilidade	172.761,83	149.746,62	148.885,19	120.048,75	
3. Pagamento de Pessoal	1.000.353,19	974.696,54	919.422,83	842.445,30	65,34
Pessoal	1.000.353,19	974.696,54	919.422,83	842.445,30	
4. Outros	64.376,28	95.589,09	55.458,53	50.345,97	3,94
5. Total	1.546.609,66	1.696.948,26	1.407.168,66	1.429.386,83	100,00

Fonte: SIAFI

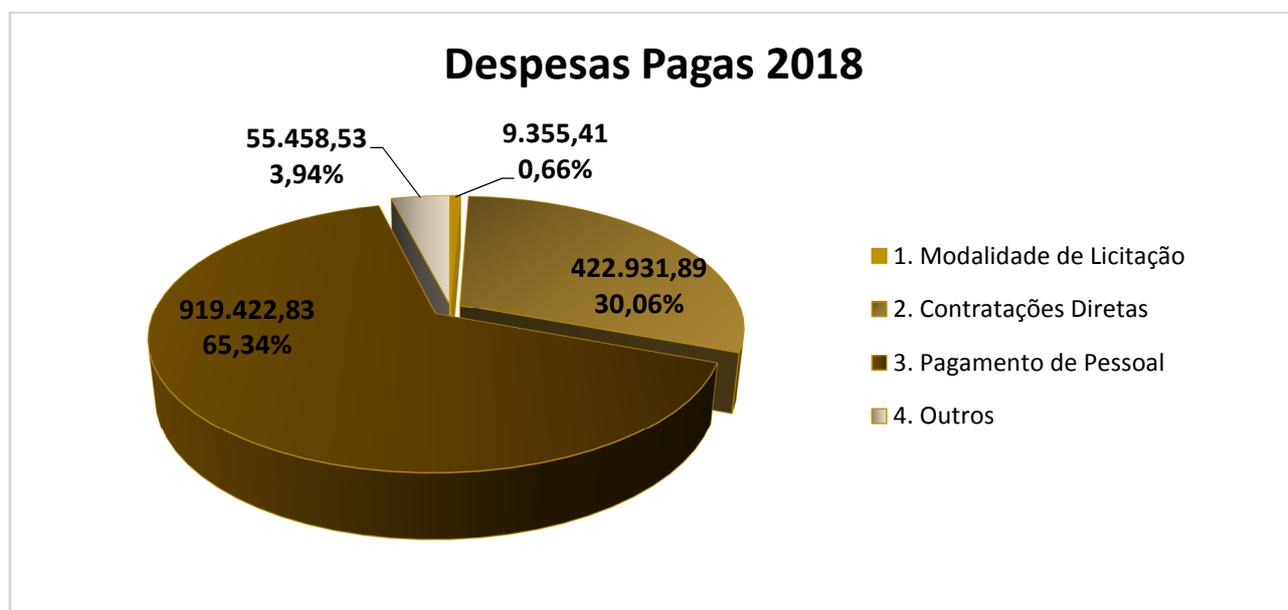


Tabela 11 - Despesas por grupo e elemento de despesas

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. Despesas de Pessoal								
Ativo Civil	443.640,96	455.377,82	443.640,96	455.377,82			407.281,92	455.377,82
Pessoal Requisitado	451.513,45	430.574,84	451.513,45	298.323,60	132.251,24	132.251,24	500.483,86	298.323,60
Obrigações Patronais	57.789,53	57.535,63	57.789,53	57.535,63			57.789,53	57.535,63
Demais elementos do grupo	47.409,25	31.208,25	47.409,25	31.208,25			46.072,80	31.208,25
2. Juros e Encargos da Dívida	Não há informação para este campo.							
3. Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica	126.901,55	544.459,88	126.901,55	455.798,05	133.061,83	88.661,83	160.918,38	455.798,05
Pessoal Requisitado	57.803,44	85.047,04	57.803,44	39.803,92	45.243,12	45.243,12	56.419,96	39.803,92
Locação de Mão-de-obra	0	70.505,64	0	70.505,64	0	0,00	0	70.505,64
Demais elementos do grupo	174.436,04	22.239,16	174.436,04	20.833,92	1.405,24	1.405,24	173.144,07	20.833,92
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
4. Investimentos								
Material Permanente	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
5. Inversões Financeiras	Não há informação para este campo.							
6. Amortização da Dívida	Não há informação para este campo.							

6.2. GESTÃO DE PESSOAS

No decorrer do exercício de 2018, a Vice-Presidência da República manteve a redução do quadro de pessoal, com o efetivo de 09 (nove) servidores, lotados nas áreas meio, dando continuidade a manutenção básica da Unidade, tendo em vista o encerramento da maior parte das atividades executadas.

Em dezembro/2018, com início da transição governamental foram nomeados/designados mais 03 (três) servidores, para compor a força de trabalho da Vice-Presidência.

Em 31 de dezembro de 2018, a Vice-Presidência contava com 12 (doze) servidores, conforme os quadros contendo o perfil do pessoal, abaixo apresentados:

Tabela 12 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2018

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão / NES / Funções Gratificadas	0	3	6	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	5	2	1
2.3. Funções Gratificadas civil	0	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas militar	0	1	1	0	0
3. Totais (1+2)	0	3	6	2	1
FONTE: SIAPE					

Tabela 13 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2018

ESCOLARIDADE	Fundamental	Médio	Superior	Pós – Lato Sensu	Mestrado	Doutorado ou superior
Total de servidores	0	3	7	2	0	

6.2.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

A força de trabalho da Vice Presidência em 31.12.2018 era composta conforme quadro abaixo:

Tabela 14 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	10	2	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	10	2	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	2	1	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	12	3	-

Fonte: SIAPE

Considerando as atividades imediatas à VPR, o seu reduzido quadro de pessoal executaram suas atividades no exercício de 2018 na Assessoria Administrativa, até que, com a mudança do cenário político e início da transição governamental, iniciaram-se novas nomeações dentro da Estrutura Regimental em vigor.

Tabela 15 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	10	-
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	12	-

Fonte: SIAPE

Tabela 16 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	40	9	1	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	9	1	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	7	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	2	1	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	3	2	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	3	2	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	40	12	3	-

Fonte: SIAPE

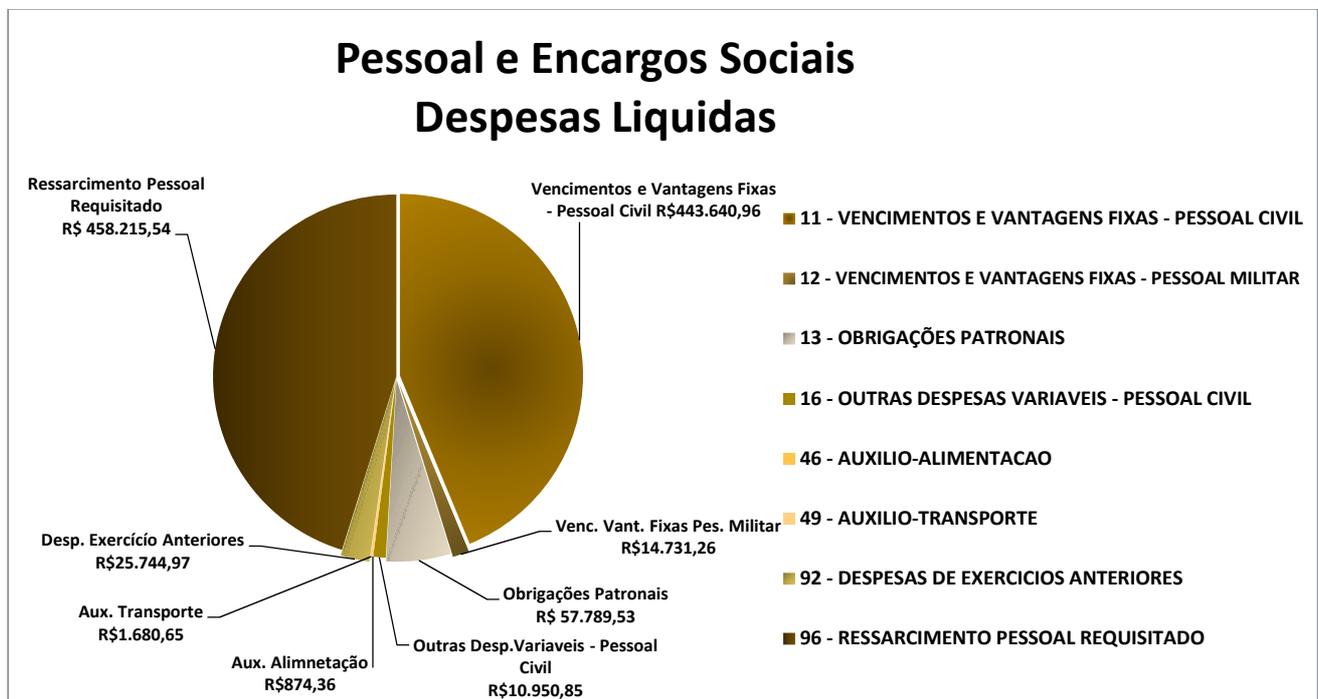
6.2.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

A Vice Presidência da República teve no ano de 2018 uma despesa com pessoal, no montante de R\$ 1.013.628,12 (hum milhão, treze mil, seiscentos e vinte e oito reais e dize centavos, discriminada por grupo, conforme quadro abaixo:

Tabela 17 - Despesa do Pessoal

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	DESPESAS LIQUIDAS
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	443.640,96
12 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	14.731,26
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	57.789,53
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.950,85
46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	874,36
49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.680,65
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.744,97
96 - RESSARCIMENTO PESSOAL REQUISITADO	458.215,54
TOTAL DESPESAS	1.013.628,12

Fonte: SIAFI



6.2.3. GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

A Vice Presidência da República - VPR, ao final de 2017, contava com um quadro de pessoal composto por 08 (oito) servidores ocupantes de cargo efetivo e requisitados de outros órgãos e empresas públicas, por não possuir quadro próprio de pessoal.

Este quantitativo de pessoal permaneceu por todo o ano de 2018, com o objetivo de manter as atividades básicas da VPR. Em dezembro/2018, foram requisitados mais dois servidores militares e nomeado um servidor sem vínculo, com o objetivo de participar da equipe de transição para o novo governo.

Com a reativação das atividades da Vice Presidência – VPR, a estrutura existente estará aquém das demandas necessárias ao bom atendimento da missão da Unidade, diante da natureza dos serviços prestados e a necessidade de pessoal especializado, para atender a atividade plena do órgão.

6.3. GESTÃO DO PATRIMONIO E INFRAESTRUTURA

Os critérios para o controle e administração dos bens móveis e intangíveis estão estabelecidos na Instrução Normativa nº 01/13 da Vice-Presidência da República, visando a correta aplicação da legislação vigente.

Com relação ao patrimônio imobiliário, essa UPC possui somente um imóvel que é a residência oficial do Vice-Presidente da República – O Palácio do Jaburu. Esse imóvel é tombado e não se pode fazer nenhuma alteração ou manutenção sem autorização do Patrimônio Histórico. Ele encontra-se registrado no SPIUnet.

No exercício de 2018, não foram realizadas reformas no citado imóvel, bem como, não foi contemplada na LOA, desta Vice-Presidência da República, a previsão orçamentária para a execução de reformas.

Tabela 18 - Distribuição Especial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2018
BRASIL	UF	1	1	1
	BRASÍLIA/DF	1	1	1

Tabela 19 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Vice-Presidência

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção	
110101	9701047045002	15	2	Cr\$ 1.745.552,00	28/12/2000	2.933.860,69		x	
Total									
Fonte: SIAFI E SPIUNET (valor reavaliado em reais)									

6.4. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Vice-Presidência da República não possui área de desenvolvimento de sistemas próprios, possuía em sua equipe, até o início de dezembro de 2016, dois servidores designados, apenas, para manutenção dos microcomputadores, cabendo apenas a previsão orçamentária para treinamento, equipamentos e serviços de TI e troca de conhecimento e experiências com a Presidência da República. Porém, devido à redução das atividades e consequente redução dos servidores, estes servidores foram dispensados desta UPC ainda em 2016.

De acordo com o artigo 11, alínea f, do anexo V do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que trata da estrutura regimental da secretaria de governo da presidência da república, o planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades relacionadas com a operação e a manutenção ininterrupta das centrais de comunicações, de atendimento, de informações e das mesas operadoras no âmbito da Vice-Presidência da República, são de competência da Diretoria de Tecnologia da Presidência da República.

Com relação ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, a Vice-Presidência da República como membro efetivo do Comitê de Governança Digital da Presidência da República - CGD/PR, conforme Portaria nº 11 de 02 de fevereiro de 2017, está inserida em ambos os planos com de competência do CGD/PR.

6.5. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

O Gabinete da Vice-Presidência da República vem iniciando algumas ações relativas à sustentabilidade, fazemos parte da Agenda Ambiental conjuntamente com a Presidência da República, desde o exercício 2012.

Ocorre que a Vice-Presidência da República, em âmbito geral é vinculada à Presidência da República, visto que o Gabinete da VPR faz parte do complexo do Palácio do Planalto.

Isto posto, podemos elencar algumas ações que são trabalhadas conjuntamente, com a PR, tais como separação de resíduos, acordo de cooperação com cooperativas de catadores, participação ativa nas iniciativas da PR.

Em suas ações, o Gabinete da Vice-Presidência segue as determinações do Decreto n.º 7.746/2012, com relação às suas aquisições. Sempre que surge a demanda de novo material é realizada pesquisa sobre o consumo de energia, durabilidade com menor custo de manutenção, dentre outras.

A Vice-Presidência adotou como prática a utilização de e-mail para comunicação dos servidores, e impressão em frente e verso, práticas que diminuem o consumo de papel. Desde 2015 fora expedido documento a fim de conscientizar o servidor quanto a diminuição na quantidade de impressão

Tratando-se da residência oficial do Vice-Presidente da República, ou seja, o Palácio Jaburu, a Assessoria Administrativa iniciou ação para implantação de horta, juntamente com a Universidade de Brasília – UNB, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Hoje, estima-se que cerca de 30% das hortaliças e leguminosas que são consumidas, são produzidos no local, o que pode ser indicativo de redução de gasto.

Com a finalidade de evitar a utilização excessiva de compostos químicos, a administração optou pelo controle integrado de pragas, prática que utiliza agentes químicos aliados à ação de predadores naturais das pragas, pode-se utilizar como exemplos a utilização de galinhas para eliminação de escorpiões, baratas e cupins dentre outros; e utilização de peixes contra pernilongos e mosquitos, inclusive o *aedes aegypti*.

Outra providência adotada é a reutilização de lixo orgânico e/ou sua transformação de agressores ao meio ambiente em produtos biodegradáveis, auxiliando na limpeza, adubação de horta e alimentação de animais, sempre que possível e quando não interferir no ambiente.

Quanto a produção de lixo orgânico, informamos que o mesmo é separado do lixo seco, foram implantadas lixeiras, dentro das cozinhas para que os servidores da área possam separar no momento do manuseio do alimento, obedecendo a legislação em vigor.

A Administração do Palácio faz campanha para a utilização consciente de copos descartáveis, junto aos funcionários terceirizados e seguranças.

Em consonância com Decreto nº 5.940 de 25/10/2006 foi implantada na Vice-Presidência da República a Coleta Seletiva Solidária, em conjunto com a Presidência da República, mediante a Habilitação das Associações ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis para o recolhimento e destinação dos resíduos recicláveis descartados.

6.6. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Consoante ao prescrito no art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – [Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\)](#), que obriga a Administração Pública a manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Seguindo orientações para a estruturação dos órgãos Setoriais de custos do Governo Federal, percebemos a evidente a necessidade de uma equipe de trabalho que não se limite a apuração, registro e divulgação das informações de, mas que nela também se inclua um papel de apoio.

Assim, pela necessidade de uma adequada confrontação dos resultados de execução física com a respectiva liquidação financeira no consumo de recursos públicos, para realização dos serviços e produtos, exigir-se-á dos setoriais de custos uma atuação integrada com os processos de negócios e com o controle gerencial das organizações públicas pelas quais se responsabilizam no âmbito da gestão de custos.

Em 2018 a Vice-Presidência da República não contou com efetivo suficiente para suprir de maneira adequada a sistemática de apuração de custos. Este controle é feito de forma integrada entre os agentes envolvidos no processo de compras e manutenção e pagamento do Gabinete.

A Vice-Presidência solicitou acesso ao Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC – que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan, para a geração de informações, com o objetivo subsidiar decisões governamentais na alocação mais eficiente do gasto público.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Declaração do Contador

Tabela 20- Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)	Código da UG		
GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	110101		
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis, constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, da UG acima, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>Com o objetivo de que a Declaração de Contador pudesse retratar de forma plena a situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras, esta Setorial Contábil de Órgão Superior encaminhou a todas as unidades jurisdicionadas à Presidência da República Mensagens SIAFI destacando a importância do acompanhamento dos teores das Macro funções SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar e 02.03.18 - Encerramento do Exercício, além de especialmente observados os contratos, depreciação, amortização, adiantamento e obrigações de pessoal.</p> <p>Além disso, as mensagens SIAFI também informaram sobre a importância do acompanhamento das conformidades contábeis dos meses de novembro e dezembro de 2018, bem como a transação CONDESAUD no SIAFI, a fim de promover as possíveis regularizações das ocorrências em tempo hábil.</p> <p>Em razão do encerramento do exercício de 2018, no dia 29/11/2018 foi publicada no Boletim Eletrônico a Portaria nº 147, de 29/11/2018, da Secretaria de Administração, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que aprovou o calendário e as orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2018.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">  Cleomara Strzelecki Contadora-Geral de Contabilidade e Custas -CONT/DIR/OP/SA/SG/PR </div>			
Local	Brasília-DF.,	Data	29/Jan/2019
Contador Responsável	CLEOMARA STRZELECKI	CRC nº	RS 061863/O-0

7.2. Demonstrações Contábeis

Tabela 21 - Balanço Patrimonial (BP)

Em Mil

Ativo	NE	2018	2017
Ativo Circulante		166.042	339.957
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	129.692	267.561
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	2.298
Estoques	02	36.349	70.097
Ativo Não Circulante		3.332.390	3.653.364
Imobilizado	03	3.332.390	3.653.364
Bens Móveis		937.678	1.069.445
Bens Imóveis		2.394.712	2.583.918
Total do Ativo		3.498.433	3.993.321
Passivo e Patrimônio Líquido		2018	2017
Passivo Circulante		49.349	-
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	04	49.349	-
Total do Passivo		49.349	-
Patrimônio Líquido		3.449.083	3.993.321
Resultados Acumulados		3.449.083	3.993.321
Resultado do Exercício		(544.238)	(578.922)
Resultados de Exercícios Anteriores		3.993.321	4.572.244
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.498.433	3.993.321

Fonte: SIAFI

Tabela 22 - Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Em Mil

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Especificação			Especificação		
Ativo Financeiro	129.692	267.561	Passivo Financeiro	140.475	267.561
Ativo Permanente	3.368.740	3.725.760	Passivo Financeiro	9.569	-
Saldo Patrimonial				3.348.389	3.725.760

Fonte: SIAFI

Tabela 23 - Das Contas de Compensação

Em Mil

Especificação	NE	2018	2017
Atos Potenciais Ativos		-	7.839
Execução dos Atos Potenciais Ativos		-	7.839
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		-	7.839
Atos Potenciais Passivos		292.092	464.992
Execução dos Atos Potenciais Passivos		292.092	464.992
Obrigações Contratuais a Executar		292.092	464.992

Tabela 24 - Do Superávit/Déficit Financeiro

Em Mil

Destinação de recursos	Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	(10.782)
Recursos Vinculados	-
Seguridade Social (Exceto RPPS)	
Total	(10.782)

Fonte: SIAFI

Tabela 25 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Em Mil

Especificação	NE	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	06	1.929.536	1.706.959
Transferências e Delegações Recebidas		1.924.467	1.696.894
Transferências Intragovernamentais		1.924.467	1.667.063
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	29.830
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		5.068	10.065
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		5.068	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	10.065
Variações Patrimoniais Diminutivas	07	2.473.774	2.285.881
Pessoal e Encargos		1.126.954	998.626
Remuneração a Pessoal		483.960	483.900
Encargos Patronais		57.789	62.499
Benefícios a Pessoal		62.992	65.693
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		522.211	386.531
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		809.907	997.425
Uso de Material de Consumo		33.747	48.990
Serviços		471.256	648.257
Depreciação, Amortização e Exaustão		304.903	300.177
Transferências e Delegações Concedidas		534.614	289.830
Transferências Intragovernamentais		518.544	54.465
Outras Transferências e Delegações Concedidas		16.070	235.364
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.298	-
Desincorporação de Ativos		2.298	-
Resultado Patrimonial do Período		(544.238)	(578.922)

Fonte: SIAFI

Tabela 26 - Balanço Orçamentário (BO)

Em Mil

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada(b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo(d) = (c-b)
Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas De Capital	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	1.546.609	1.546.609
Total das Receitas (I)	-	-	1.546.609	1.546.609

Fonte: SIAFI

Em Mil

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes	4.305.424	3.554.947	1.546.609	1.445.915	1.407.168	2.008.337
Pessoal e Encargos Sociais	2.255.017	2.255.017	1.000.353	957.118	919.422	1.254.663
Outras Despesas Correntes	2.050.407	1.299.930	546.256	488.797	487.745	753.673
Despesas de Capital	600.000	105.621	-	-	-	105.621
Investimentos	600.000	105.621	-	-	-	105.621
Total das Despesas (II)	4.905.424	3.660.568	1.546.609	1.445.915	1.407.168	2.113.958

Fonte: SIAFI

Tabela 27 - Da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Em Mil

Despesas Orçamentárias	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Inscritos	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
Despesas Correntes	-	267.561	137.657	137.657	129.903	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	132.251	92.205	92.205	40.045	0,00
Outras Despesas Correntes	-	135.310	45.452	45.452	89.857	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Total	-	267.561	137.657	137.657	129.903	0,00

Tabela 28 - Balanço Financeiro (BF)

Em Mil

Especificação	2018	2017
Ingressos		
Receitas Orçamentárias	-	10.065
Ordinárias	-	10.065
Transferências Financeiras Recebidas	1.924.467	1.667.063
Resultantes da Execução Orçamentária	1.924.067	1.665.401
Independentes da Execução Orçamentária	-	1.662
Recebimentos Extraorçamentários	139.441	267.561
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	38.746	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	100.694	267.561
Saldo do Exercício Anterior	267.561	289.502
Caixa e Equivalentes de Caixa	267.561	289.502
Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)	2.331.470	2.234.193
Dispêndios		
Despesas Orçamentárias	1.546.609	1.696.948
Ordinárias	1.546.609	1.696.948
Transferências Financeiras Concedidas	165.714	54.465
Resultantes da Execução Orçamentária	165.714	44.400
Independentes da Execução Orçamentária	-	10.065
Despesas Extraorçamentárias	489.453	215.218
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	137.657	215.218
Outros Pagamentos Extraorçamentários	351.795	-
Saldo para o Exercício Seguinte	129.692	267.561
Caixa e Equivalentes de Caixa	129.692	267.561
Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)	2.331.470	2.234.193

Fonte: SIAFI

Tabela 29 - Resultado Financeiro do Exercício

Em Mil

Especificação	2018	2017
Ingressos	2.331.470	2.234.193
Dispêndios	2.331.470	2.234.193
Resultado Financeiro do Exercício	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Tabela 30 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Especificação	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(137.868)	(21.940)
Ingressos	1.924.467	1.677.129
Receitas Derivadas e Originárias	-	<u>10.065</u>
Outros Ingressos das Operações	<u>1.924.467</u>	<u>1.667.063</u>
Transferências Financeiras Recebidas	1.924.467	1.667.063
Desembolsos	(2.062.336)	(1.699.070)
Pessoal e Demais Despesas	(1.485.649)	(1.585.962)
Administração	(1.485.649)	(1.585.962)
Transferências Concedidas	(59.177)	(58.642)
Intragovernamentais	(59.177)	(58.642)
Outros Desembolsos das Operações	(517.510)	(54.465)
Transferências Financeiras Concedidas	(165.714)	(54.465)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade	(351.795)	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(137.868)	(21.940)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	267.561	289.502
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	129.692	267.561

Fonte: SIAFI

7.2.1. Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 8ª edição) e o Manual SIAFI.

As DCON foram elaboradas a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como objeto as informações consolidadas do órgão 60000 – Vice-Presidência da República.

Na consolidação das demonstrações contábeis não foram utilizados os critérios de compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União. Entretanto essas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades administrativas.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e,
- VI. Notas Explicativas.

7.2.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, considerando as opções e premissas vigentes nas normas aplicadas à contabilidade do setor público.

- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos

auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- **Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo** - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- **Depósitos Restituíveis** - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** - Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da

respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

- **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), o passivo circulante e não circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- **Empréstimos e financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).
- **Benefícios a empregados** - Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadoria e assistência médica, são também reconhecidos pelo regime de competência.
- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit

Patrimonial.

- **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário. O valor da coluna Receitas Realizadas, menos a Despesa Empenhada, se o resultado for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.

- **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa, menos o Saldo Anterior. Se for positivo haverá um Superávit Financeiro; caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este, se superavitário, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

7.3. NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa representa o montante de recursos disponíveis, sem restrições para uso imediato, para aplicação nas operações da Vice-Presidência. Não sendo unidade arrecadadora, esta conta é composta essencialmente pelo Limite de Saque da Conta Única do Tesouro.

Tabela 31 - Caixa e Equivalente de Caixa

Em Mil

Conta Contábil	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	129.692	267.561	100	(53,5)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	89.911	-	69,3	-
Ordem Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	39.780	267.561	30,7	(85,1)

Fonte: SIAFI

A conta Limite de Saque é composta pelas contas 11112.20.01 - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS e 11112.20.03 - Ordem Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, na qual houve uma redução do ano de 2017 para 2018 em 53,5%. Essas contas foram utilizadas sobretudo para ressarcimento de despesas com pessoal requisitado, pagamento da folha de pagamento, despesas com retenção de tributos e despesas administrativas correspondentes a manutenção da vice-presidência.

NOTA 02 - ESTOQUES

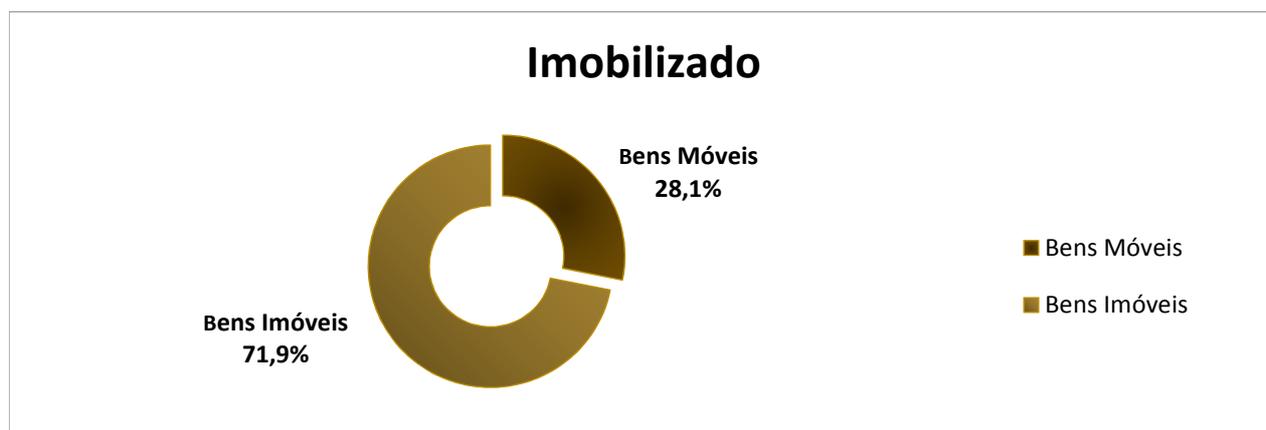
O grupo Estoques teve uma redução entre 2017 e 2018 de 48,1%, saindo do patamar de R\$ 70.097 para R\$ 36.349, os valores encontram-se concentrados em sua totalidade na conta contábil 11561.01.00 - Materiais de Consumo.

Tabela 32 - Estoques

Ativo	Em Mil		
	2018	2017	AH (%)
Ativo Circulante			
Estoques	36.349	70.097	(48,1)

NOTA 03 - IMOBILIZADO

O imobilizado é composto de bens móveis e imóveis, os bens imóveis representam 71,9% do total imobilizado.

**Bens Móveis**

Os bens móveis correspondem a 28,1% do total do ativo imobilizado, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 33 - Bens Móveis

Detalhamento	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis				
Veículos	780.770	780.770	48,5	0,0
Móveis e Utensílios	578.803	581.159	36,0	(0,4)
Bens de Informática	118.624	138.705	7,4	(14,5)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	58.996	62.821	3,7	(6,1)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	57.823	59.925	3,6	(3,5)
Demais Bens Móveis	14.376	14.376	0,9	0,0
Depreciação / Amortização acumulada	(671.713)	(568.309)	-	18,2
Total	937.678	1.069.446	100,00	(12,3)

Fonte: SIAFI

Os Veículos, correspondem a 48,5% do total dos bens móveis, não houve variação entre o ano de 2017 e 2018, já os móveis e utensílios, que perfazem 36% do total, tiveram redução de 0,4%.

No comparativo entre 2018 e o ano anterior, o grupo bens móveis teve no total, uma redução de 12,3%, onde a maior variação foi na conta 12311.02.01 - Equipamentos de Tecnologia da

Informação e Comunicação/TIC, em R\$ 20.080, referentes a transferências de bens para a UG 110001 - Secretaria de Administração/PR.

Bens Imóveis

Os bens imóveis correspondem a maior parcela do imobilizado, com 71,9% do total e estão em sua totalidade concentrados na conta 12321.01.14 - Museus/Palácios, no total de R\$ 2.933.867. Entre 2017 e 2018 não ocorreu reavaliação e atualização na citada conta, permanecendo os saldos inalterados. Os saldos correspondentes nessa conta referem-se ao Palácio do Jaburu.

NOTA 04 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

O Passivo está todo concentrado nesse grupo, com um saldo de R\$ 49.350, subdividido nas contas 21111.01.01 - Salários Remunerações e Benefícios e conta 21111.01.03 - Férias a Pagar:

Tabela 34 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em Mil

Detalhamento	2018	2017	AV (%)
Passivo Circulante			
Salários, Remunerações e Benefícios	39.781	0	80,6
Férias a Pagar	9.569	0	19,4
Total	49.350	0	100,0

Fonte: SIAFI

NOTA 05 - ÍNDICES

O índice de liquidez corrente em 2018 foi igual a 3,4, indicando que existiam ativos de curto prazo suficientes para quitar as obrigações financeiras, ocorre o mesmo com o índice de liquidez imediata, que foi de 2,6, indicando a suficiência de recursos em caixa e equivalentes de caixa para quitar todos os passivos de curto prazo.

NOTA 06 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As VPA's no ano de 2018, tiveram um acréscimo de 13,0%, onde a maior variação ocorreu na conta 45112.01.00 - Cota recebida, em 38,0%, passando de R\$ 1.138.521 para R\$ 1.571.638, utilizadas para pagamento de despesas com pessoal da Vice-Presidência, a tabela a seguir detalha as Variações Patrimoniais Aumentativas nos anos 2017 e 2018:

Tabela 35 - Variações Patrimoniais Aumentativas

Em Mil

Detalhamento	2018	2017	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Cota Recebida	1.571.638	1.138.521	38,0
Repasso Recebido	352.830	526.881	(33,0)
Reversão De Provisões	5.069	-	-
Transferências Recebidas Para Pgto De Rp	-	1.662	(100,0)
Doações/Transferências Recebidas	-	29.830	(100,0)
Indenizações	-	500	(100,0)
Restituições	-	9.565	(100,0)
Totais	1.929.536	1.706.960	13,0

Fonte: SIAFI

NOTA 07 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As VPD's tiveram um acréscimo de 8,2%, passando do patamar de R\$ 2.285.882 para R\$ 2.473.775, com destaque para as contas 31921.01.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos (18,4%), 33231.08.00 - Serv. Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros-PJ (17,5%) e 31111.04.00 - Gratificações (17,4%).

Basicamente as variações patrimoniais diminutivas, incorreram acerca de despesas com pessoal e administrativa para a manutenção da VPR.

Tabela 36 - Variações Patrimoniais Diminutivas

Em Mil

Detalhamento	2018	2017	AV (%)
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	454.603	386.531	18,4
Serv. Água e Esgoto, Ener. Eletr., Gas E Outr.-PJ	432.215	309.532	17,5
Gratificações	429.666	410.008	17,4
Movimentações De Variação Patrim. Diminutiva	352.830	0	14,3
Depreciação de Bens Imóveis	189.206	227.354	7,7
Repasso Concedido	165.714	44.400	6,7
Depreciação de Bens Moveis	115.697	72.823	4,7
Pessoal Requisitado De Outros Entes	67.608	0	2,7
Contribuições Previdenciárias - INSS	57.790	62.500	2,3
13. Salário - RPPS	37.563	39.296	1,5
Auxilio Alimentação	37.463	43.024	1,5
Consumo De Materiais Estocados - Almoxarifado	33.748	48.990	1,4
Serviços Comunicação, Gráfico E Audiovisual	24.896	141.786	1,0
Auxilio Transporte	20.921	3.932	0,8
Doações/Transferências Concedidas -Intra OFFS	16.070	193.234	0,7
Ferias - RPPS	12.831	15.526	0,5
Serviços De Apoio Adm, Técnico e Operacional	10.775	192.302	0,4
Assistência a Saúde	4.608	17.824	0,2
Ferias - Militar	2.667	2.070	0,1
Desincorporação de Ativos	2.299	0	0,1
Serv. Comunicac., Graficos e Audiovis.-Pj-Intra	1.388	707	0,1
Totais	2.470.559	2.211.837	100,0

Fonte: SIAFI

NOTA 08 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

De acordo com o Balanço Orçamentário do exercício de 2018 não houve previsão e realização da receita, constando apenas dados no grupo das despesas.

O total das Despesas Correntes empenhadas no período foi de R\$ 1.546.610 (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e dez reais), sendo subdividido em Pessoal e Encargos Sociais, com R\$ 1.000.353, que representa 64,7% do total das despesas e Outras Despesas Correntes, em R\$ 546.256, com 35,3%. A tabela a seguir, sintetiza a execução da despesa com pessoal e encargos e o comparativo com o ano de 2017:

Tabela 37 - Pessoal e Encargos Sociais

Detalhamento	DEZ/2018	AV (%)	Em Mil	
			DEZ/2017	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais				
Ressarcimento de Desp. De Pessoal Requisitado	451.513	45,1	430.575	4,9
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	443.641	44,3	455.378	(2,6)
Obrigações Patronais - Op.Intra- Orçamentárias	57.790	5,8	57.536	0,4
Despesas De Exercícios Anteriores	21.727	2,2	1.214	1689,8
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pes. Militar	14.731	1,5	21.794	(32,4)
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	10.951	1,1	8.200	33,5
Totais	1.000.353	100	974.697	2,6

Fonte: SIAFI

Outras Despesas Correntes, correspondem a 35,3% do total das despesas e tiveram redução de 24%, comparando-se 2017 e 2018. O maior montante é formado pelas contas de Outros Serviços de Terceiros - PJ, 85,9% do total, seguido por Ressarcimentos de Pessoal Requisitado em 10,6%:

Tabela 38 - Outras Despesas Correntes

Detalhamento	DEZ/2018	AV (%)	Em Mil	
			DEZ/2017	AH (%)
Outras Despesas Correntes				
Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	469.461	85,9	544.460	(13,8)
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	57.803	10,6	85.047	(32,0)
Obrigações Tributárias E Contributivas	12.419	2,3	11.697	6,2
Despesas De Exercícios Anteriores	4.018	0,7	0	-
Auxilio - Transporte	1.681	0,3	3.603	(53,4)
Auxilio - Alimentação	874	0,2	5.038	(82,6)
Indenizações e Restituições	0	0,0	986	(100,0)
Outros Benef.Assist. Do Servidor E Do Militar	0	0,0	915	(100,0)
Locação De Mao De Obra		0,0	70.506	(100,0)
Totais	546.256	100	722.252	(24)

Fonte: SIAFI

NOTA 09 - BALANÇO FINANCEIRO

As Transferências Financeiras Recebida, correspondem a 82,5% dos Ingressos, sendo compreendida por Cotas Recebidas, no valor de R\$ 1.571.638, e Repasse Recebido, que fez R\$ 352.830, para cobrir sobretudo as despesas com pessoal e administração da unidade.

Tabela 39 - Transferências Recebidas

Detalhamento	Em Mil		
	2018	2017	AH (%)
Transferências Financeiras Recebidas			
Cota Recebida	1.571.638	1.138.521	38,0
Repasse Recebido	352.830	526.880	(33,0)
Total	1.924.468	1.665.402	16,0

Fonte: SIAFI

Os demais Ingressos, compreendem os Recebimentos Extraorçamentários, que correspondem a inscrição de Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não processados, com 6% do total, perfazendo R\$ 139.441 e Saldo do Exercício Anterior com R\$ 267.561, que corresponde a 11,5% do total.

No grupo dos Dispendios, as Despesas Orçamentárias perfazem o maior quantitativo, em 66,3% do total, somando R\$ 1.546.610, que foram, sobretudo, despesas com pessoal e administrativas, conforme demonstrados a seguir:

Tabela 40 - Despesas Orçamentárias

Detalhamento	Em Mil			
	DEZ/2018	AV (%)	DEZ/2017	AH (%)
Despesas Orçamentárias				
Ativos Cívicos da União	1.000.353	64,7	974.697	2,6
Administração da Unidade	481.880	31,2	626.663	(23,1)
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares	50.444	3,3	-	-
Assist. Médica E Odontológica aos Servidores Cívicos, Empre, Militares	13.933	0,9	34.985	(60,2)
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes Dos Servidores Cívicos	-	-	915	(100,0)
Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados E Militares	-	-	3.603	(100,0)
Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados E Militares	-	-	56.086	(100,0)
Total	1.546.610	100	1.696.948	(8,9)

Fonte: SIAFI

As Cotas Repassadas, no valor de R\$ 165.714, 7,1% dos Dispendios, corresponderam à ressarcimento das despesas realizadas pela Presidência da República-PR, relativos a serviços prestados à Vice-Presidência da República, pela empresa LINKDATA, referente ao sistema ASI.

As Despesas Extraorçamentárias estão constituídas por Pagamentos de RP Não Processados (63140.00.00) no valor de R\$ 137.658, para cobrir despesas administrativas da VPR e Outros Pagamentos Extraorçamentários, no valor de R\$ 351.796. Os Restos a Pagar Processados ou Não Processados estão computados no grupo para atender o parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/64.

NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Os recebimentos de caixa corresponderam no exercício de 2018 ao valor de R\$ 1.924.468, dividido entre as contas 4.5.1.1.2.01.00 - COTA RECEBIDA, perfazendo R\$ 1.571.638 e conta 4.5.1.1.2.02.00 - REPASSE RECEBIDO, em R\$ 352.830.

Os valores recebidos do Tesouro Nacional, na conta Cota Recebida, foram sobretudo para custear despesas com folha de pagamento e encargos sociais.

Na conta Repasse Recebido, correspondem a ressarcimento para cobrir despesas administrativas da Vice-Presidência, relacionadas a seguir:

Tabela 41 - Repasse Recebido

		Em Mil
Detalhamento	NATUREZA DESPESA	DESPESAS PAGAS
Repasse Recebido		
CEB Distribuição S.A.	Serv. de Energia Elétrica	186.088
Companhia de Saneamento Amb Do Distrito Federal	Serv. de Água E Esgoto	120.869
CEB Distribuição S.A.	Serviços De Energia Elétrica	18.526
Panacopy Comercio De Equipamentos Reprográficos	Serv. de Copias e Reprod. de Documentos	9.355
M J Da Silva Filho Serv De Limpeza De Piscinas - Me	Limp. e Conservação	6.930
CEB Distribuição S.A.	Contrib.P/ Custeio De Iluminação Publica	6.195
Departamento De Transito do Distrito Federal	Taxas	2.405
Departamento De Transito Do Distrito Federal	Taxas	1.192
Seguradora Líder Do Consorcio do Seguro DPVAT SA	Seguros Em Geral	791
CEB Distribuição S.A.	Contribuição Custeio de Iluminação Publica	478
Total		352.830

Fonte: SIAFI

Os desembolsos totalizaram no exercício de 2018, R\$ 2.062.337, acréscimo de 21,4% superior ao exercício 2017, que foi de R\$ 1.699.070.

Tabela 42 - Desembolso

		Em Mil		
Detalhamento		2018	2017	AH (%)
Desembolsos				
821140000	DDR Utilizadas Por Pgto. Desp. Orc. E Outros	1.543.792	1.644.605	(6,1)
351220500	Movimentações De Variação Patrim.Diminutiva	352.830	0	-
351120200	Repasse Concedido	165.714	44.400	273,2
351220300	Movimento de Saldos Patrimoniais	0	500	(100,0)
351220300	Movimento de Saldos Patrimoniais	0	9.565	(100,0)
Total		2.062.337	1.699.070	21,4

Fonte: SIAFI

Os valores constantes na conta "DDR Utilizadas por Pagamento de Despesas Orçamentárias e Outros", conta "Movimentações de Variação Patrimonial Diminutiva e conta Repasses Concedidos", correspondem a despesas com pagamentos de pessoal, despesas

administrativas e reclassificações de despesas, em virtude de ressarcimentos por serviços utilizados pela Presidência da República, pagos pela Vice-Presidência. As despesas administrativas e os serviços já foram listados na tabela de Repasses Recebidos.

8. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que reconheço a integridade na aplicação do preparo das informações e apresentação do Relatório de Gestão 2018, da Vice-Presidência da República, na forma do Relato Integrado, conforme estabelecida no item 1.20 da Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC.

Este Relatório de Gestão compõe o processo anual de contas da Vice-Presidência da República e trata dos atos e fatos de gestão realizados no exercício 2018, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 170/2018, da Decisão Normativa TCU nº 172/2018, da Portaria-TCU nº 369/2018 e, orientações do órgão de controle interno.

Brasília, 28 de março de 2019

Antônio José Chatack Carmelo
366.720.091-91
Diretor de Administração e Finanças
Vice-Presidência da República